

De brejo a cartão postal: a construção do ambiente da Lagoa Grande em Patos de Minas e suas representações¹

From swamp to postcard: the construction of the environment of Lagoa Grande in Patos de Minas and its representations

Arthur Willian Soares Alves

Gabriel Gonzalez Santos

Gabrielle Tomaz de Castro

Geison Neves da Cruz

Laryanna Lorayne de Oliveira Rodrigues

Marcos Antônio Ramos

Maria Inês de Araújo

Vanessa Maria Gonçalves

Graduandos do curso de História do UNIPAM.

E-mails: arthur.willian118@hotmail.com; gabriel92344@gmail.com ;
gabrielletomaz77@gmail.com ; geison.neves49@gmail.com ; laryloryaneor@outlook.com
marcoantonio@gmail.com ; araujomariaines119@gmail.com ;
vanessamaria0809@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem por finalidade entender o espaço do Parque Recreativo Doutor Itagiba Augusto da Silva, conhecido popularmente como “Lagoa Grande”, em Patos de Minas – MG, e suas representações na perspectiva da História Ambiental. Para concretizar esse intento, resgata-se um pouco da historicidade do tal cartão postal da cidade por meio de uma abordagem na linha da História Ambiental, ou seja, interpelando o objeto numa interface entre História, Biologia, Geografia e Arquitetura. Essa abordagem visa compreender a dinâmica social desse reduto urbano e suas múltiplas significações entre as populações locais para, enfim, analisar o impacto do produto da artificialidade daquele espaço de lazer na sociedade urbana. O trabalho valeu-se de fotografias, de estudos das disciplinas complementares da mencionada interface e de fontes jornalísticas. Foi realizada uma fundamentação teórica da História Ambiental e, em seguida, uma análise das transformações do ambiente da Lagoa desde a década de 1940 até a atualidade.

Palavras-chave: Lagoa Grande. História ambiental. Urbanização.

Abstract: This article aims mainly to understand the space of “Parque Recreativo Doutor Itagiba Augusto da Silva”, popularly known as “Lagoa Grande”, in Patos de Minas - MG, and its representations in the perspective of Environmental History. In order to achieve this intent, a little of the historicity of the postcard of the city is rescued by means of an approach in the line

¹ Este artigo é resultado das pesquisas realizadas durante o primeiro semestre de 2017, na disciplina Projeto Integrador III do curso de História do Centro Universitário de Patos de Minas, sob orientação do Prof. Me. Thiago Lemos Silva. Agradecemos ao professor Altamir Fernandes de Sousa, que disponibilizou indispensáveis fontes para a realização deste trabalho.

of Environmental History, that is, by addressing the object in an interface among History, Biology, Geography and Architecture. This approach aims to understand the social dynamics of this urban center and its multiple meanings among local population, in order to analyze the impact of the product of the artificiality of that leisure space in urban society. In the investigation, photographs, studies of the disciplines involved in the cross-disciplinary approach and journalistic texts found were used. A theoretical background of Environmental History was carried out and then an analysis of the transformations of the Lagoa Grande environment from the 1940s to the present time.

Keywords: Lagoa Grande. Environmental History. Urbanization.

1 Introdução

A chamada “Lagoa Grande” é, atualmente, tida como um espaço de lazer na cidade de Patos de Minas. Nem sempre, porém, aquele espaço habitou harmoniosamente o imaginário dos patenses. Houve tempos em que a dita Lagoa era sinônimo de inundações e símbolo de atraso em relação à modernidade sempre vindoura. Essa imagem foi desconstituída na medida em que a urbanização chegava àquela área.

Tal processo deu-se, marcadamente, em função da construção do Terminal Rodoviário José Rangel, durante a segunda metade da década de 1970 e meados da década de 1980. Desde então, a Lagoa Grande passou a ser um terreno em torno do qual o mercado imobiliário era fomentado ao mesmo tempo em que se fomentava um desejo de transformar aquele “brejo” em atração pública.

Com efeito, a área já foi tumultuada por uma ocupação não planejada e estigmatizada pela pobreza das construções. Sob esse aspecto, a história da Lagoa Grande é uma história da chegada do “progresso” e da modernidade urbana característica do século XX. No entanto, do ponto de vista da história ambiental, a Lagoa pode ser objeto de uma aproximação que enfoque a construção da Lagoa como um espaço simbólico, matizado, produzido por arte e indústria humana, e, como tal, repleto de significado.

Para que haja aqui clareza, trata-se de resgatar a história natural daquele espaço, mas de maneira a decodificar a montagem da artificialidade que hoje caracteriza a Lagoa Grande. Nesse sentido, essa é a proposta de uma análise que envolve semiótica, natureza e história.

Isso se traduz, entre outros aspectos, na observação de um aparente fator de representação: para quem utiliza o espaço da Lagoa Grande como ambiente de lazer, descontração, fuga do caos urbano, esse espaço é como que um não-lugar, um refúgio da selva de concreto, embora seja ele forjado em consonância com o projeto civilizatório desta. Para os moradores da área, contudo, a Lagoa Grande é um lugar, objeto de afetividade e cenário de vivência.

De brejo a cartão postal, a Lagoa Grande já teve várias imagens e já provocou memoráveis debates. Isso se segue especialmente em decorrência das diversas vezes em que a Lagoa esteve em obras. Nesses momentos, houve antíteses entre as visões dos moradores, do Poder e dos demais munícipes.

É nesses pontos de transformações que o presente trabalho concentra suas

atenções. Tendo em vista o fato de que essas transformações se intensificaram na proporção da urbanização da área, adota-se, aqui, um recorte temporal que vai dos primórdios da urbanização da área (década de 1940) até a recente reforma da Lagoa Grande, em 2014, quando ela “morreu” simbólica e efetivamente enquanto meio natural.

Influiu nesse recorte o fato de que os artigos de jornais locais, as fotografias e a bibliografia apresentam-se em maior volume para o período escolhido. Além da disponibilidade de fontes para a pesquisa, outro fator determinou o recorte temporal adotado: foi a emergência de uma demanda – ou imposição – de um espaço urbano de lazer cuja estética remetesse à natureza. O recorte espacial, por sua vez, abrange, necessariamente, a Lagoa e suas imediações e prescinde de justificação por identificar-se com o objeto do estudo.

2 Uma fundamentação teórica da história ambiental

Do ponto de vista teórico, enquanto modo de pensar, o tempo foi adotado como pressuposto e ferramenta essencial para a História e para as Ciências Sociais. No entanto, foram as Ciências Naturais que reivindicaram uma maior cobertura da duração pelo tempo.

Com efeito, em função narrativa bíblica, acreditava-se que

o mundo tinha seis mil e poucos anos de idade, e nada havia a discutir. Foi então que um pequeno grupo de cientistas contestou esse prazo. Foi a ciência *natural* - e não a social - do século XIX, a "história natural", que estudava conjuntamente a geologia e a vida animal e vegetal, a primeira atividade social moderna a literalmente *exigir* outras unidades de medida de tempo e, principalmente, *muito mais tempo*. (DRUMMOND, 1991, p. 178).

Uma mudança na abrangência do tempo era, assim, ensejada por essas reivindicações de ordem epistêmica. Contudo, uma vez que as demais ciências passaram a conceber o planeta numa escala de tempo imensamente maior, a História não poderia manter seus olhares restritos a uma narrativa de pouco mais de seis mil anos. Admitiu-se, então, um tempo que ultrapassa o da existência humana: o tempo geológico. Isso, no entanto, foi uma concessão que, na prática, só foi feita pela História Natural, enquanto os historiadores continuam a desprezar qualquer tempo que não seja simultâneo à cultura, embora assumam que o planeta tem mais de quatro bilhões de anos.

A restrição do tempo a ser considerado pela História tem várias explicações. Uma das principais é o temor de um retorno dos determinismos biológicos e geográficos, tão presentes ao longo do século XIX e tão abominados a partir de meados do século XX. Drummond (1991, p. 180) corrobora: “a partir da Primeira Guerra Mundial, tornou-se anátema entre cientistas sociais sugerir que os humanos e as suas sociedades tivessem ‘bases naturais’ – raça, anatomia, cor, clima, vínculos com a terra - pertinentes à sua análise científica”. Evidentemente, os resultados dos chamados determinismos provocam repulsa: o racismo científico, o etnocentrismo e todos os

outros casos em que a produção acadêmica foi suporte teórico para preconceitos, discriminações, mortes e injustiças formam, de fato, um ranço.

Entretanto, esse ranço impede que variáveis naturais sejam identificadas, integradas e analisadas. A esse apontamento, os ortodoxos do tempo cultural responderiam que se trata de algo positivo para as Ciências Humanas, pois nenhum fator natural poderia explicar um fator cultural. Há de se notar, porém, que a cultura, em todas as suas definições, é algo que não existe fora da natureza, mas nela. Essa não é uma crítica recente. Na verdade, no século XVII, Spinoza (2014, p. 97) já promovia uma ofensiva contra o desprezo pela natureza:

os que escreveram sobre os afetos e o modo de vida dos homens parecem, em sua maioria, ter tratado não de coisas naturais, que seguem as leis comuns da natureza, mas de coisas que estão fora dela. Ou melhor, parecem conceber o homem na natureza como um império num império. Pois acreditam que, em vez de seguir a ordem da natureza, o homem a perturba, que ele tem uma potência absoluta sobre suas próprias ações, e que não é determinado por nada mais além de si próprio.

Percebe-se que o que Spinoza dizia para que se pensasse sobre as ilusões do dualismo, da teleologia e do livre-arbítrio e sobre os afetos serve também para que hoje se pense a História. A hegemonia do tempo social, cultural, humano constitui um império microscópico, com soberania insignificante nos domínios do império do tempo geológico. Melhor dizendo, em termos spinozanos: o império do tempo é minúsculo em relação ao império da duração. Para entender essa relação, cabe lembrar que “a duração é a continuação indefinida do existir” (SPINOZA, 2014, p. 52). Já o tempo é um modo de pensar, uma ferramenta para delimitar (logo, definir) a duração. É necessário observar, ainda, que mesmo o tempo geológico ainda é **tempo**, isto é, não equivale à duração, até mesmo porque aquele é imaginável, enquanto esta é apenas inteligível.

Ainda assim, a princípio, torna-se inviável dizer que é possível que a História faça investidas para fora do império do tempo social, humano. A principal razão para isso é notavelmente o princípio de que a História quer explicar a vida humana, logo, não precisa preocupar-se com um tempo que tenha se passado enquanto não existiu a espécie humana. Na verdade, admitindo-se o dito princípio, trata-se de uma razão muito contundente, porém o motivo para considerar-se um tempo que não esteja restrito ao império do tempo humano não está no próprio tempo, mas no espaço.

O espaço, isto é, o ambiente atual remete, necessariamente, a formações que antecedem a prática histórica humana. Sozinho, esse fato basta para que a História assuma um tempo bem mais abrangente do que algumas dezenas de milhares de anos. Isso porque ele é incontestável se não se concebe a natureza como um cenário estático, que esperou éons até a chegada da espécie humana para que houvesse alterações.

No entanto, há ainda outra razão para uma temporalidade maior do que o período de existência humana. Trata-se do fato de que os seres são afetados pelo espaço. Isso se segue do simples fato de que os seres humanos são corpos e, como tais, dispõem-se em função de causalidades proporcionadas por outros corpos do espaço. Dessa constatação ainda temos que, de certo modo, a atribuição de valor e a relação dos seres entre si e com os entes são determinadas também pelo ambiente. Portanto,

enquanto percurso dos homens no tempo, a história é influenciada pelo espaço. Contudo, isso não implica em um determinismo externo absoluto, mas numa relação recíproca entre subjetividade e objetividade materiais, que acarretam numa sintonia causal entre história e ambiente. Spinoza (2014, p. 63), em axioma, fornece a explicação basilar: “todas as maneiras pelas quais um corpo qualquer é afetado por outro se seguem da natureza do corpo afetado e, ao mesmo tempo, da natureza do corpo que o afeta”.

Em suma, evitando conceber a humanidade na natureza como um “império num império”, pode-se considerar, na prática, um tempo não restrito à existência humana, contanto que a abordagem considere o espaço em questão. Cabe ressaltar, ainda, a importância do tempo para que haja efetivamente História Ambiental: sem uma localização temporal, toda a investigação não supera uma mera constatação da influência da natureza na história.

Estando, então, pacificada para fins práticos a querela do tempo da História Ambiental em função do espaço, pode-se prosseguir com uma breve contextualização da referida área do conhecimento.

É sabido que a História Ambiental, enquanto disciplina, “começou a estruturar-se no início da década de 1970” (PÁDUA, 2010, p. 81). Não foi, no entanto, um desenvolvimento espontâneo, vindo totalmente de dentro dos círculos acadêmicos. O motivo para isso é que as produções de História Ambiental surgiram em resposta à preocupação social com as questões ambientais. Isso fica mais evidente se for observado o fato de que a História Ambiental é contemporânea das conferências da Organização das Nações Unidas sobre o Ambiente Humano.

Na verdade, “é bastante evidente que o debate público vem desafiando os historiadores ambientais, de forma direta ou indireta, mesmo quando aparentemente negado” (PÁDUA, 2010, p. 82). Sendo assim, ao adotar-se, no trabalho aqui proposto, a ótica da História Ambiental, assume-se uma posição integrada ao tempo presente.

Passando, enfim, ao objeto do trabalho proposto, sabe-se que

a Lagoa Grande também é conhecida como Lagoa “Itagiba Augusto Silva”, “Lagoa dos Japoneses”, dentre outros. Está localizada na região centro-sul da cidade, num bairro que recebe o seu nome, possui uma área de 83.000 m², sendo 26.000 m² de área verde, ou seja, arborizada. (CAIXETA; BITAR; DIAS, 2016, p. 250).

Esse espaço é dotado de uma carga de artificialidade crucial para a investigação do presente trabalho. Trata-se de uma lagoa cujo abastecimento ocorre

por meio de várias nascentes existentes em sua área e pela Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA, quando da lavagem de seus filtros. A água vinda da COPASA é responsável pela manutenção da referida lagoa, pois somente suas nascentes não são suficientes para mantê-la e a mesma já teria desaparecido (CAIXETA; BITAR; DIAS, 2016, p. 250).

Levando isso em consideração, pode-se identificar uma diferença muito considerável entre a Lagoa que antes era um brejo e o espaço atual. Notavelmente, este é tido como ícone da cidade de Patos de Minas, cartão postal e ambiente recreativo

moldado com a intenção de inserir no espaço urbano elementos representativos de uma imagem de natureza. No entanto, aquele brejo era visto como símbolo de atraso e falta de planejamento. Em outras palavras,

a região conhecida como “Lagoa dos Japoneses”, considerada um verdadeiro brejo e que, no período chuvoso, tornava a vida dos moradores daquela área bastante tumultuada. Não havia ali um eficiente sistema de drenagem das águas pluviais, sendo comum a inundação de muitas casas (MARCELO JÚNIOR, 2005, p. 5).

A discrepância entre essas imagens estabelece, portanto, os polos do trabalho aqui proposto, que terá suas investigações pautadas em três pilares: artificialidade, semiótica (representações) e historicidade do ambiente da Lagoa Grande.

3 Sobre o espaço

Antes de proceder para uma análise das representações da Lagoa Grande, é oportuno que seja feita uma descrição objetiva do espaço. Para isso, conta-se aqui com os estudos prévios realizados em áreas do conhecimento distintas das ciências humanas.

A Lagoa está localizada em uma área relativamente afastada na direção sul do núcleo inicial da urbanização da cidade (que poderíamos considerar como sendo os entornos da Rua Olegário Maciel, especialmente em seu cruzamento com a Rua Major Gote, acrescidos da porção setentrional da Avenida Getúlio Vargas), cuja ocupação remonta ao século XIX. Mesmo assim, a área da Lagoa é hoje urbanizada, contando com a presença de comércio e com uma movimentação considerável.

A “área verde” da Lagoa grande é constituída de cerca de 59 espécies vegetais. Nessa diversidade, Caixeta, Bitar e Dias (2016, p. 251) constataram que “28 [espécies] são nativas e 31 exóticas, compreendendo, respectivamente, a 47,45% de espécies nativas e 52,55% de espécies exóticas”. Essa característica da flora do local corrobora a hipótese de que a Lagoa Grande foi sendo transformada num ambiente artificial, na medida em que a dispersão acidental dessas espécies ali consideradas exóticas é bem menos provável que a inserção dessas espécies por artifício humano.

No que tange à fauna da Lagoa Grande, conta-se com a comunicação de um biomonitoramento populacional das tilápias que habitam (ou habitavam) a Lagoa, feito em 2005. Nessa comunicação, aponta-se para a “mortalidade de peixes” (FARIA *et al.*, 2005, p. 1231) que vinha ocorrendo naquela época. Diante de tal fato, o estudo aponta para a hipótese de que “os peixes avaliados na ponte e na margem da Lagoa Grande encontram-se, possivelmente, expostos a substâncias ou condições ambientais de potencial genotóxico” (FARIA *et al.*, 2005, p. 1231). Se a dita hipótese estiver correta, confirma-se a noção popular de que a Lagoa Grande era e/ou é “poluída”.

Feita essa breve descrição do objeto, pode-se adentrar para suas transformações e representações.

4 Os impulsos das mudanças

Sem dúvidas, a Lagoa Grande apresenta um patrimônio cultural e social de grande importância para a cidade. Esse foi o principal fator que levou o grupo a escolher a dita Lagoa como objeto de estudo, uma vez que o trabalho objetiva compreender historicamente um movimento de demanda por uma área de lazer urbana com aspectos voltados para a natureza. Considera-se, entretanto, que essa “demanda” pode não ser algo autonomamente manifesto, ou seja, considera-se que possa ter ocorrido uma imposição de transformações sobre a população, até mesmo em função da urbanização, da expansão do comércio e da construção do Terminal Rodoviário nas imediações.

Em tempos outros, existiu a Lagoa dos Patos, que colaborou com o nome e com a fundação da cidade e é até hoje confundida com a Lagoa Grande, embora aquela, quando existente, tenha sido localizada bem mais ao norte da cidade, coincidindo com o núcleo de urbanização. Também é de se acrescentar que as duas lagoas estão situadas de maneira afastada, não só no espaço, mas também no tempo. Ainda assim, permanece a hipótese explicativa de que houve uma demanda nas representações coletivas por um espaço “natural”, sendo tal demanda associada à vontade de reconstruir a lagoa perdida, que uma vez foi símbolo da cidade de Patos de Minas-MG. Essa hipótese é reforçada pelo que dizia, no *Jornal dos Municípios*, Antonio C. de Menezes (1972, p. 5):

todo mundo sabe e conhece a origem do nome da nossa cidade. Nos primórdios tempos chamava-se S. Antonio dos Patos. E porque esse nome? Porque existiam tres ou quatro lagoas onde desciam bandos de Patos para nadarem nas lagoas. Portanto meus senhores que leem estas linhas, sabem ou ficam sabendo que das muitas lagoas, restam duas: uma na beira da estrada do Milho e a do Japones, no centro da cidade e que estas lagoas são históricas, fazem parte integrante da história de Patos. [sic].

É perceptível que o autor da matéria mantém certo zelo pela Lagoa Grande, atribuindo a ela um valor de representação histórico quase equiparável ao de um mito fundador. Sendo assim, pode-se sustentar que o “desaparecimento” da Lagoa dos Patos foi compensado, no imaginário dos patenses, pela transformação ou pela criação daquela que veio a ser conhecida como Lagoa Grande. Esse processo de compensação pode ter sido demandado, contanto que a matéria de Menezes represente os anseios de parte considerável da população, ou pode ter acontecido em decorrência do próprio processo de urbanização, como uma consequência colateral.

A hipótese de imposição das transformações pode ser exemplificada, em termos oficiais, pela sanção de leis que influíram no processo de urbanização dos entornos da Lagoa Grande. A Lei que autorizou a construção do Terminal Rodoviário é um exemplo notável:

fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a celebrar, “ad-referendum” da Câmara Municipal, com a firma “Construtora Romma Ltda.”, contrato de incorporação e construção de um prédio sob forma de condomínio, em terreno de

propriedade do Patrimônio, situado na confluência da Rua Ceará, Rua Sergipe, Rua Piauí e Rua da Paz, desta cidade, de modo que as dependências sejam destinadas ao funcionamento do Terminal Rodoviário de Patos de Minas (PATOS DE MINAS, 1977, p. 1)

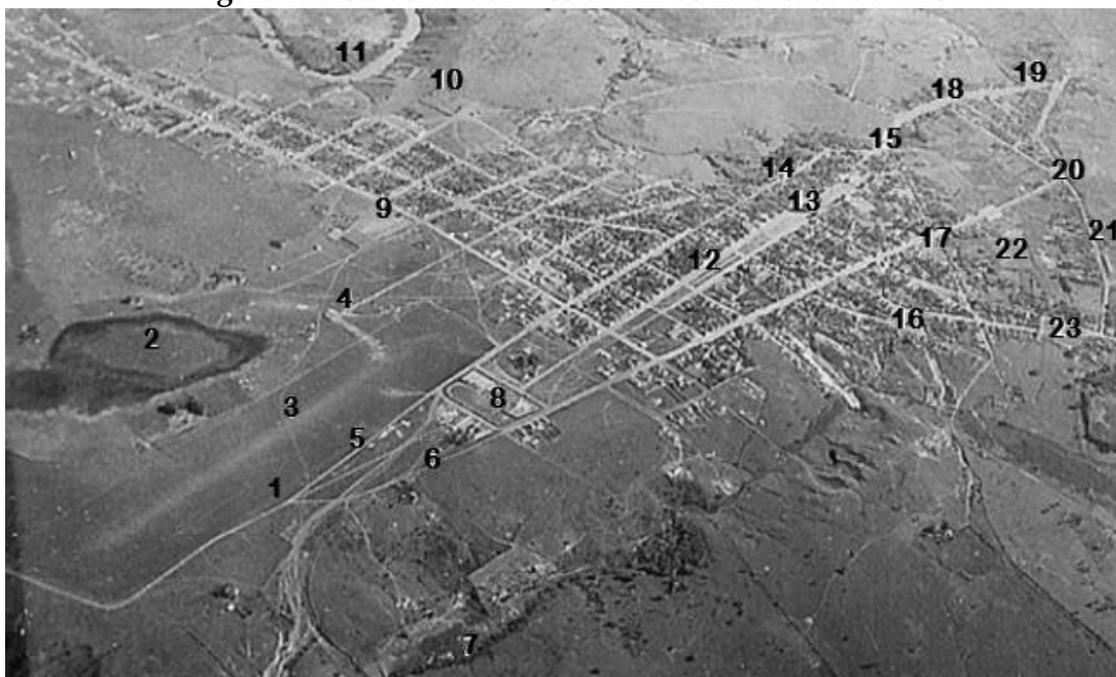
O caráter normativo da Lei pode ser usado para advogar em favor da hipótese de uma instauração “de cima para baixo” da urbanidade, até pelo fato de a Lei supracitada ser originária do Executivo Municipal. É importante mencionar que o tal “prédio” depois seria um local a receber incentivos fiscais para a sua ocupação, como é evidente pela Lei 1.611/78, que visava “conceder aos adquirentes de unidades autônomas no prédio do Terminal Rodoviário de Patos de Minas isenção dos tributos municipais que recaírem sobre o respectivo imóvel, pelo prazo de 5 (cinco) anos” (PATOS DE MINAS, 1978, p. 1). Considerando essa a tendência manifesta na Lei, a saber, de incentivar o comércio no novo polo de urbanização, podemos conceber como correlatas a construção do ambiente da Lagoa Grande (que seria determinada por essa urbanização) e a construção do Terminal Rodoviário José Rangel.

5 De brejo a cartão postal

A palavra “brejo” tem origem incerta. No imaginário popular, no entanto, é notável uma conotação pejorativa. A expressão “ir para o brejo” indica malogro, fracasso. Mas no caso da Lagoa Grande, em dias atuais, a palavra parece longínqua. Para efeitos estéticos, usa-se aqui a palavra brejo como sinônimo de pântano, isto é, um terreno relativamente baixo e alagadiço. Não há, portanto, um sentido pejorativo nessa denominação.

Uma imagem provavelmente da década de 1940 permite observar com nitidez como o terreno era pouco habitado e distante do centro, mas também como a cidade já tendia a avançar na direção daquele brejo.

Figura 1: Vista aérea de Patos de Minas na década de 1940



Legenda da Figura 1: 1 – Encontro das ruas Major Gote e Dr. Marcolino / 2 – Lagoa Grande / 3 – Campo de Aviação / 4 – Hangar do Campo de Aviação / 5 – Rua Dr. Marcolino / 6 – Rua Major Gote / 7 – Córrego do Monjolo / 8 – PTC / 9 – Campo da URT / 10 – Cemitério Municipal / 11 – Rio Paranaíba / 12 – Av. Getúlio Vargas / 13 – Matriz de Santo Antônio / 14 – Rua Tiradentes / 15 – Cadeia / 16 – Praça dos Boiadeiros (Abner Afonso) / 17 – Praça Antônio Dias / 18 – Av. Paracatu / 19 – Igreja do Rosário / 20 – Praça Champagnat / 21 – Rua Major Jerônimo / 22 – Campo do Mamoré / 23 – Praça Santana e Mercado Municipal.

Fonte: Dannemann (2013)

A imagem de primordialidade da área do dito brejo ainda pode ser reforçada se forem analisadas imagens que datam de antes da urbanização. É notável que, antes das transformações, a área era marcada pela “precariedade”, no sentido de que não se percebe a presença de elementos caracteristicamente urbanos como ruas, iluminação, saneamento e trânsito de veículos. As habitações também eram simplórias e em pequena quantidade.

Figura 2: Menino com um papagaio no terreno do brejo da Lagoa Grande (imagem sem data)



Fonte: Acervo pessoal do Prof. Altamir Fernandes de Sousa

Figura 3: Casebres nas proximidades do brejo da Lagoa Grande



Fonte: Acervo pessoal do Prof. Altamir Fernandes de Sousa

Há um quê de retorno nas figuras 2 e 3. Há de ser colocada, então, uma questão: seria um retorno a uma “natureza tanto mais ‘verdadeira’ quanto mais ‘intocada’ pelo homem” (DUARTE, 2005, p. 80)? Em partes. Nessas imagens, há, na verdade, um retorno a uma natureza menos alterada, que se sobrepõe à ocupação humana, forçando-a a se adaptar às condições do meio. As “inundações” de períodos chuvosos mencionadas por Marcelo Júnior (2005, p. 5) corroboram essa sobreposição.

No entanto, ainda sobre o tal retorno, é possível detectar um certo saudosismo em uma matéria chamada “Velho Sonho”, da Folha de Patos (1941, p. 2), escrita no ano de 1941.

Resta, já pobre em tamanho e coberta de capim, a Lagoa Grande, outrora imenso sonho de praia com mais de dois quilômetros de comprimento por seiscentos

metros de largura, na qual, nos tempos da fundação da cidade, brincavam os patos selvagem, dormitavam os jacarés e as córsas fugidas, tranquilamente espiando os socós pernaltas e as garças brancas... [sic].

Salta aos olhos a idealização romântica da Lagoa primitiva feita no jornal. A inserção de figuras do mundo animal, somada à exaltação das proporções da Lagoa, produzem uma imagem idílica, situada num **antes** impossível de ser (re)visitado. A descrição chama a atenção por pintar uma Lagoa Selvagem, pura, cujo panorama imaginário é atrelado a uma noção de natureza intacta. Mais adiante, no mesmo texto, utilizam-se, para designar a Lagoa Grande, as expressões “plácido lençol” e “lago primitivo” (FOLHA DE PATOS, 1941, p. 2), que reforçam ainda mais a ideia de retorno.

Ainda que exaltada, a Lagoa Grande continuava um brejo. Ela seria, com o passar do tempo, tida como um problema público. A cobrança pela “modernização” do local começou a aparecer. Não é por acaso que o nome da matéria da Folha de Patos chamava-se “Velho Sonho”. Ali já se semeava a ideia de que era preciso “impedir a destruição paulatina da Lagoa Grande” (FOLHA DE PATOS, 1941, p. 2). O impulso transformador era, até então, uma metamorfose do instinto de conservação.

Havia, entretanto, o prelúdio de uma intervenção humana: “o Sr. Prefeito Clarimundinho Fonseca deseja realizar êsse sonho, construindo o cais em tórno do lago, transformando-o em passeio público.” [sic]. (FOLHA DE PATOS, 1941, p. 2). Vista com entusiasmo, a iniciativa é comemorada e chega-se a dizer que a Lagoa “será o mais belo logradouro da cidade” (FOLHA DE PATOS, 1941, p. 2). Contudo, todo o afã da mudança teria que esperar muito mais tempo para que a realidade fosse transformada em utopia. Mesmo assim, a noção de um “Velho Sonho” dava vida a uma representação popularmente compartilhada do ambiente da Lagoa Grande que, aos poucos, ganha relevância política. As pressões midiáticas dos jornais da cidade, embora não fossem intensas, eram contumazes. O “Velho Sonho” se alastrou.

Na Folha Diocesana, em 1967, escreve-se que toda a população sempre quis a urbanização da Lagoa Grande (FOLHA DIOCESANA, 1967). Menciona-se, ainda, a presença de casebres, de sorte que as figuras 2 e 3 encontram nisso respaldo. A situação da Lagoa, na época, era retratada com desaprovação. É notável, além disso, um medo de uma imaginada favelização do lugar. Não se pode deixar de notar, aqui, uma dualidade: enquanto a área da Lagoa Grande era objeto de sonhos e anseios supostamente populares, esses anseios e sonhos eram aventados na mídia local de maneira desfavorável à presença de pessoas das camadas populares no espaço em questão, haja vista que tal presença era tratada como problema.

Posteriormente, Menezes (1972) faria menção à lagoa de Lagoa Formosa, exaltando-a enquanto cobrava cuidado para com a Lagoa Grande. Para ele, a existência de uma lagoa bem zelada em Lagoa Formosa - em torno da qual seria construída uma pista - era um atrativo para as famílias patenses. Voltando sua atenção para a Lagoa Grande, o autor informa que ela

deverá ser cuidada, tratada, mesmo daqui 5 ou 10 anos, deverá ser cercada com cimento circulando-a, arborizada, com 10 ou 12 barquinhos navegando com

famílias da cidade e turistas de fora, com bares e lanchonetes, quando a cidade tiver água daqui 3, 4 ou mais anos, devendo receber um cano de 5 polegadas despejando água e outro de 10 polegadas despejando água, então hão de ver que essa lagoa desde agora ou já há dois anos, não pode ser despejo de lixo nem receber terra quase no meio dela por meio de trator ou patrôla. [sic] (MENEZES, 1972, p. 5)

A Lagoa Grande agora já era, em potência, atração turística. Havia um espelho com base no qual construir um espaço voltado para o lazer: a lagoa da cidade vizinha. Pinta-se a imagem de uma Lagoa Grande que pode ser transformada em divertimento. Eis que, ao mesmo tempo em que a urbanidade era levada à área, imaginava-se a Lagoa Grande como símbolo de refúgio da vida urbana. O caráter incipiente dos enunciados de Menezes conta com empecilhos claros: a ausência de água e o soterramento da área, seja por lixo ou por terra. A Lagoa Grande era, nesse período, objeto de sonhos, símbolo de problemas sociais e ambientais e símbolo de mudança iminente.

A mudança aconteceu na medida em que os entornos foram sendo alvos de investimento. Com efeito, em 1977, já no processo de construção do Terminal Rodoviário José Rangel, Amorim (1977) sustenta que a Lagoa Grande estava tomada pela invasão imobiliária. É claro, pelo decorrer do texto, que menciona a pobreza das construções (AMORIM, 1977), o fato de que o autor estava falando sobre habitações de pessoas das camadas populares. A urbanização, incólume, avançaria com a construção do Terminal Rodoviário, a despeito dos habitantes daquela área que não mais poderia ser chamada de brejo. De acordo com o autor, a construção do Terminal envolveria uma valorização da área (AMORIM, 1977). Seguiu-se, então, a marcha do “progresso”: “iniciadas as obras de urbanização que colocariam a cidade no caminho do progresso, preocupou-se também com o entorno, ou seja, com a resolução de problemas sociais nas imediações do terminal” (MARCELO JÚNIOR, 2005, p. 12).

Nesse processo, a imagem da Lagoa Grande seria drasticamente alterada. Os seus significados anteriores teriam de ser colocados para trás, a fim de subsidiar uma imagem de cartão de visitas. Afinal, o primeiro símbolo de Patos de Minas que uma pessoa que desembarcasse no Terminal Rodoviário deveria ver seria uma bela Lagoa. Aos poucos, os contornos da cidade ultrapassaram a Lagoa Grande e, com isso, ela passava a ser mais visitada e a receber mais atenção do poder público. Fotografias que remontam ao final da década de 1980 ilustram o resultado das transformações.

Figura 4: Vista da Lagoa Grande em fins da década de 1980



Fonte: Acervo do Museu da Cidade de Patos de Minas

Figura 5: Lagoa Grande em agosto de 1988



Fonte: Acervo do Museu da Cidade de Patos de Minas

Figura 6: Estacionamento à beira da Lagoa Grande, em agosto de 1988



Fonte: Acervo do Museu da Cidade de Patos de Minas

É perceptível que o panorama mudou completamente em função da intervenção humana. Por artifício, a Lagoa Grande foi transformada em um local de significações diversas. Sua imagem de ausência de “civilização” já não a acompanha; a conotação de problema social já não diz respeito exclusivamente ao espaço. Em lugar disso, a Lagoa tornou-se instituição paisagística harmônica, amena e atrativa, voltada para a satisfação de necessidades estéticas dos munícipes e de pessoas de fora.

Essa instituição, contudo, não seria perpétua ou imune aos problemas citadinos. Na verdade, tem-se notícia de que a Lagoa Grande não manteve intacto seu status de natureza intocável. No ano de 2013, aquele ambiente enfrentava um sério problema: o assoreamento e a poluição (G1 TRIÂNGULO MINEIRO, 2013), (GONTIJO, 2013), (PREFEITURA DE PATOS DE MINAS, 2013). De acordo com a Prefeitura, a principal causa desse problema estava relacionada à Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, pois “há mais de 30 anos, que as águas das chuvas, enxurradas e o escoamento de empresa de distribuição de água da cidade, estão sendo lançados nas águas da lagoa” (PREFEITURA DE PATOS DE MINAS, 2013).

Tornando-se novamente símbolo de problema ambiental, a Lagoa Grande foi palco também de manifestações de ambientalistas, que cobravam uma solução para o assoreamento e fizeram “um protesto que simbolizou a morte do cartão postal da cidade” (GOMES, 2014, p. 1).

A resposta veio na forma de uma revitalização que, entretanto, delongou-se muito além do previsto. Apesar de ter sido planejada desde 2013, a obra foi anunciada em maio de 2015 (MINAS NO FOCO, 2015) e deveria ter uma duração de seis a oito meses (GONTIJO, 2015). No entanto, houve contratemplos para a realização do trabalho, que acabou atingindo os seus objetivos tardiamente. Hoje, enfim, a Lagoa Grande tem de volta sua imagem de natureza – embora artificial, já que a água é provida pela COPASA – e continua a ser um cartão postal da cidade.

Uma avaliação pós-ocupação do ambiente da Lagoa Grande fornece uma

dimensão razoável da significância daquele lugar para a comunidade:

a “Lagoa Grande” estabelece uma relação urbana de grande importância dentro da cidade de Patos de Minas - e não somente no contexto do bairro em que está inserida -, uma vez que o número de pessoas que acessam seus espaços com frequência em média de 3 vezes por semana e que utilizam como meio de transporte de chegada ao parque um veículo próprio (ou carro ou moto) - fato que sugere que essas últimas não residem nas proximidades do parque - equivale a aproximadamente 38% e 65% dos usuários entrevistados, respectivamente. (OLIVEIRA; COSTA, 2016, p. 3)

6 Considerações finais

O fato de muitos patenses irem praticar atividades físicas ou de lazer nos entornos da Lagoa faz dela, além de um cartão postal, um ambiente de vivências de sociabilidade dotado de artificialidade e matizes perceptíveis ao longo de sua história. Tratou-se, portanto, de um espaço que foi sendo progressivamente integrado à cidade pela urbanização. Esse processo ocorreu de maneira a transformar radicalmente o ambiente, com ápice nas décadas de 1970 e 1980. Contudo, também é notável que a evolução não ocorreu de maneira linear, haja vista que as imagens da Lagoa Grande se sobrepõem e transparecem umas às outras, revezando-se no tempo e no espaço conforme o homem e a natureza as determinaram.

Esperamos ter contribuído para a compreensão da historicidade do ambiente da Lagoa e para a realização de estudos futuros.

Acervos utilizados

Acervo pessoal do Prof. Altamir Fernandes de Sousa.

Acervo de jornais do Laboratório de Ensino, Pesquisa e Extensão em História – LEPEH, do Centro Universitário de Patos de Minas.

Museu da Cidade de Patos de Minas.

Referências e Fontes

AMORIM, Oswaldo. Em defesa da Lagoa Grande. *Folha Diocesana*, nº 894. Patos de Minas. 17 mar. 1977.

CAIXETA, Ana Cláudia Campos; BITAR, Norma Aparecida Borges; DIAS, Amanda Aparecida Vieira. Análise da composição vegetal da área paisagística da orla da Lagoa Grande de Patos de Minas - MG. *Perquirere*, Patos de Minas, v. 2, n. 13, p.247-260, dez 2016. Disponível em: <<http://perquirere.unipam.edu.br/documents/23456/1501997/Análise+da+composição+vegetal+da+área+paisagística+da+orla+da+Lagoa+Grande+de+Patos+de+Minas+>

+MG.pdf>. Acesso em: 22 maio 2017.

DANNEMANN, Eitel T. *Patos de Minas na década de 1940*. 2013. Arquivo de Dácio Pereira da Fonseca. Disponível em: <<http://www.efecadepatos.com.br/?p=2650>>. Acesso em: 29 jun. 2017.

DRUMMOND, José Augusto. A História Ambiental: temas, fontes e linhas de pesquisa. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p.177-197, 1991. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2319/1458>>. Acesso em: 21 maio 2017.

DUARTE, Regina Horta. *História & Natureza*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. 112 p.

FARIA, M. I. et al. Biomonitoramento em populações de tilápias (*Oreochromis mossambicus*) da Lagoa Grande (área urbana de Patos de Minas), por meio do teste do Micronúcleo. In: Congresso Brasileiro de Genética, 51., 2005, Águas de Lindóia. *Resumos*. São Paulo: Sbg, 2005. p. 1231 - 1231. Disponível em: <<http://livrozilla.com/doc/887486/da-lagoa-grande--%C3%A1rea-urbana-de-patos-de-minas---por-me>>. Acesso em: 29 out. 2018.

FOLHA DE PATOS. Velho Sonho... *Folha de Patos*. Patos (Minas), p. 2-2. 13 jul. 1941.

FOLHA DIOCESANA. Urbanização da Lagoa Grande. *Folha Diocesana*. Patos de Minas, 30 mar. 1967.

G1 TRIÂNGULO MINEIRO. *Cartão postal em Patos de Minas sofre assoreamento: MP propôs à Copasa um TAC para recuperação do local. Copasa diz que foi feito estudo e planejamento para o desassoreamento*. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/minas-gerais/triangulo-mineiro/noticia/2013/10/cartao-postal-em-patos-de-minas-sofre-assoreamento.html>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

GOMES, Rejane. Ambientalistas realizam novo protesto na Lagoa Grande: Denúncia do prefeito contra manifestantes foi arquivada pelo Ministério Público. *Folha Patense*. Patos de Minas, p. 1-1. 22 nov. 2014. Disponível em: <[http://folhapatense.com.br/FP%201126%20\(221114\)%20site.pdf](http://folhapatense.com.br/FP%201126%20(221114)%20site.pdf)>. Acesso em: 30 jun. 2017.

GONTIJO, Vanderlei. *Autoridades se reúnem na orla da "lagoa grande" em Patos de Minas para discutir solução para o assoreamento de seu leito*. Portal de notícias Patos 1. Disponível em: <<https://patos1.com.br/noticias/?n=gz2asRXLSD>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

MARCELO JÚNIOR, Og. *Memórias e representações do processo de construção do Terminal Rodoviário José Rangel: Patos de Minas (1975 - 1983)*. 2005. 61 f. TCC

(Graduação) - Curso de História, Centro Universitário de Patos de Minas, Patos de Minas, 2005.

MENEZES, Antonio Caetano de. [ilegível]plicante e a Lagoa do Japones. *Jornal dos Municípios*. Patos de Minas, p. 5-5. 30 mar. 1972.

MINAS EM FOCO. *Lagoa Grande, em Patos de Minas, vai passar por obras de desassoreamento*. 2015. Da Redação. Disponível em: <<http://www.minasnofoco.com/2015/05/lagoa-grande-em-patos-de-minas-vai-passar-por-obras-de-desassoreamento/>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

OLIVEIRA, Fernando Kennedy Braga; COSTA, Raul José da. A qualidade dos espaços públicos: avaliação pós - ocupação Parque Recreativo Doutor Itagiba Augusto da Silva. *Congresso Mineiro de Engenharias e Arquitetura - Cenar*, Patos de Minas, v. 2, n. 2, 2016. Disponível em: <<http://revistas.unipam.edu.br/index.php/cenar/article/view/275>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p.81-101, fev. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142010000100009&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 22 maio 2017.

PATOS DE MINAS (Município). *Lei nº 1600, de 15 de dezembro de 1977*. Autoriza a construção do terminal rodoviário de Patos de Minas e dá outras providências. Patos de Minas, MG, 15 dez. 1977. Disponível em: <http://177.69.90.58:8080/sapl/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=1974>. Acesso em: 28 jun. 2017.

PATOS DE MINAS (Município). *Lei nº 1611, de 13 de março de 1978*. CONCEDE ISENÇÃO DE TRIBUTOS AOS ADQUIRENTES DE LOJAS NO TERMINAL RODOVIÁRIO DE PATOS DE MINAS. Patos de Minas, MG, Disponível em: <http://177.69.90.58:8080/sapl/consultas/norma_juridica/norma_juridica_mostrar_proc?cod_norma=1985>. Acesso em: 28 jun. 2017.

PREFEITURA DE PATOS DE MINAS. *Prefeitura Municipal e Copasa buscam soluções para a Lagoa Grande*. 2013. Disponível em: <<http://www.patosdeminas.mg.gov.br/noticias/read.php?id=191>>. Acesso em: 30 jun. 2017.

SPINOZA, Benedictus de. *Ética*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2014. 238 p. Tradução de Tomaz Tadeu.